

Valor e Dinheiro nos *Grundrisse*: uma discussão contemporânea

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo¹

Resumo

O artigo faz uma análise de texto do capítulo do dinheiro nos *Grundrisse*, discutindo o valor e o dinheiro como formas sociais historicamente datadas, como relações sociais fundamentais no modo de produção capitalista. A complexidade da divisão social do trabalho se fazendo por meio do dinheiro no capitalismo é também descrita, por meio dos movimentos dos valores e preços em torno de valores e medidas médias, e dos processos de autonomização ou descolamento da circulação relativamente à produção. Destacamos como e por que esses processos são práticas reais necessárias, no capitalismo, em virtude do seu caráter produtor de mercadorias. Finalmente, o artigo mostra como as análises anteriores são importantes em reflexões e discussões ainda atuais como a da necessidade de uma moeda-mercadoria, a do chamado socialismo de mercado e a noção de capital fictício, tão presente e importante para a compreensão da crise que vivemos. Assim fazendo, destaca a atualidade do pensamento de Marx.

Abstract

The article analyses the text of the chapter on money of Grundrisse, discussing value and money as social forms historically dated, as fundamental social relations in capitalism. The complexity of the social division of labor using money in capitalism is also described discussing the movements of values and prices around medium measures, and the gaps between circulation and production values. This is observed as necessary in capitalism as a consequence of the production of commodities. Finally, the article uses these analysis to discuss questions still present in the contemporary debates, as the need of a commodity-money, the called market socialism and the notion of fictitious capital, so important to understand the crisis today. In so doing, the article shows how opportune the Marx's ideas are.

JEL:B14;B51;E40

Área 5: Economia Monetária e Financeira

¹ Professora do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. mlmollo@unb.br. A autora agradece ao CNPq, por financiamento a pesquisa maior da qual esse trabalho é um dos frutos. A responsabilidade pelas idéias aqui colocadas é apenas da autora.

Em comemoração aos cento e cinquenta anos dos *Grundrisse*, o objetivo deste artigo é mostrar sua importância para a discussão de questões atuais. De forma a cumprir esse objetivo, faremos uma análise de texto do capítulo sobre o dinheiro, discutindo, em primeiro lugar, no item 1, o valor e o dinheiro como formas sociais historicamente datadas, como relações sociais fundamentais do modo de produção capitalista, relacionadas com o seu caráter produtor de mercadorias.

Em seguida, no item 2, chamaremos atenção para alguns aspectos que conduzem à complexidade da divisão social do trabalho se impondo por meio do valor e do dinheiro. Destacaremos então a importância dos movimentos dos valores e preços em torno de valores e medidas médias, dos processos de autonomização ou descolamento da circulação relativamente à produção, e de como esses processos são práticas reais necessárias, no capitalismo, em virtude do seu caráter produtor de mercadorias.

No terceiro item, tiraremos das análises anteriores algumas conclusões úteis para discutir questões teóricas ainda muito atuais. Entre elas destacamos para análise a questão de como essas formas sociais evoluem com o capitalismo; de como esse desenvolvimento reflete contradições características deste modo de produção; de como essa evolução não precisa implicar do ponto de vista lógico e por isso não implicou, de fato, do ponto de vista histórico, o dinheiro-mercadoria; e de por que a percepção do dinheiro e do valor como formas sociais do mundo das mercadorias torna discutível a concepção de socialismo de mercado.

Ao longo da nossa exposição, vamos destacando como a autonomização da circulação relativamente à produção vai explicitando a complexidade da divisão social do trabalho na economia capitalista, um processo realizado de forma indireta e *a posteriori*, por meio do dinheiro. Entre as categorias de análise que mais permitem discutir estes assuntos está o capital fictício que, por definição, surge como exemplo de autonomia da circulação relativamente à produção. Ele será analisado também no item

3, como um assunto que, embora não mencionado no capítulo do dinheiro dos *Grundrisse*, requer sua leitura para melhor compreensão.

O item 4, das considerações finais, conclui o artigo.

1. Valor e Dinheiro como Relações Sociais

Em que pese seu estilo inacabado, de um texto não escrito para publicação, os *Grundrisse*, ao divulgar reflexões de Marx, foi e é fonte de inspiração e consegue com muito sucesso apoiar os leitores de hoje na discussão de assuntos específicos e atuais². Em particular, no que se refere a valor e dinheiro, o tratamento de algumas questões, mais condensadas nos *Grundrisse* do que no *Capital*, nos parece particularmente esclarecedor.

A definição, por exemplo, de dinheiro e valor como formas sociais específicas do capitalismo, dado o seu caráter produtor de mercadorias, é especialmente clara, e conta com citações importantes.

Para Marx, sabemos, a compreensão de um modo de produção requer que nos dediquemos à análise dos processos de trabalho. Como processo por meio do qual os homens atuam e transformam a natureza para tirar dela seu sustento, os processos de trabalho são comuns a qualquer formação social. Os homens se organizam, porém, de formas diferentes nestes processos e analisar as forças produtivas e as relações sociais de produção, assim como as articulações entre elas é a maneira de definir e apreender a lógica de funcionamento e a evolução de um modo de produção.

Assim, nada mais adequado do que, no modo de produção capitalista, começar, como fez Marx, com o processo de trabalho na produção de mercadorias, desvendando-lhe o que é específico dele, uma vez que, conforme explicita na *Contribuição à Crítica*

² Como destaca Arnon (1984), os *Grundrisse* e a *Contribuição à Crítica da Economia Política* são trabalhos onde Marx cristaliza sua visão sobre a moeda. Krätke (2005), porém, em trabalho que discute a evolução do pensamento de Marx, afirma que ele se mostra muito crítico dos *Grundrisse*, em textos posteriores, em particular no que se refere ao método dialético.

da *Economia Política* e bem no início do *Capital* (Marx, 1971, p. 41)³, no capitalismo a riqueza se apresenta como “uma imensa acumulação de mercadorias”⁴.

A produção de mercadorias implica um processo de trabalho específico que, diferentemente dos processos de trabalho dos demais modos de produção, contém uma contradição importante: esses processos de trabalho são privados, aparentemente independentes uns dos outros e, no entanto, é preciso dividir socialmente o trabalho, uma vez que nas produções de mercadorias todos são dependentes uns dos outros como compradores e vendedores⁵. Neste sentido diz Marx,

“É esta dependência recíproca e multilateral dos indivíduos, de resto indiferentes uns relativamente aos outros, que constitui sua conexão social. Essa conexão social se exprime no valor de troca; é somente nele que a atividade própria de cada indivíduo ou seu produto torna-se uma atividade e um produto para ele; é necessário produzir um produto universal: o valor de troca, ou, se se isola, ou se se individualiza, esse último, o dinheiro. De outro lado, o poder que todo indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe enquanto ele possui valores de troca, dinheiro. Seu poder social assim como sua conexão com a sociedade, ele carrega consigo, no seu bolso” (Marx, 1980, p. 92⁶).

É neste sentido que diz também que o valor é a “relação social” das mercadorias, sua “qualidade econômica” (G. p.75).

É o tempo de trabalho socialmente necessário que é o conteúdo do valor, mas este precisa de uma forma de aparecimento, o dinheiro, para se representar socialmente. Assim, o dinheiro é “a forma na qual todas as mercadorias se igualam, se comparam, se medem, aquilo no que todas as mercadorias se resolvem, aquilo que se resolve em todas as mercadorias; o equivalente universal” (G.p. 77). A resolução de que fala Marx é a da contradição privado-social ligada ao trabalho, realizado de forma privada, mas sujeito a

³ O *Capital* será citado ora em português, pelo ano da edição e do número da página, ora em francês. Neste último caso, como os vários livros foram editados no mesmo ano, ao ano da edição seguir-se-á o tomo e o número da página. As observações entre colchetes ([]) serão nossas, para esclarecer algo da argumentação, o mesmo ocorrendo com a tradução da edição francesa.

⁴ Ainda que se possa perceber mercadorias e dinheiro em outros modos de produção, em particular na transição do feudalismo para o capitalismo, é só no capitalismo que a produção de mercadorias se generaliza. Assim, se o valor e o dinheiro aparecem em outros modos de produção, não têm importância analítica para defini-los ou caracterizá-los. Isso faz com que a questão do valor e, com ela, a do dinheiro, só se coloquem como importantes no capitalismo.

⁵ As idéias sobre valor e dinheiro, aqui organizadas, estão presentes também em Rubin (1978); De Brunhoff (1973); Mollo (1991); Arthur (2005); e Murray (2005). Para uma comparação entre várias concepções marxistas de valor, ver Saad-Filho (2002).

⁶ Essa edição francesa dos *Grundrisse* aparecerá neste texto daqui para a frente como G., seguido da página relativa ao assunto citado.

uma divisão social que ocorre apenas depois que ele foi efetuado, ou depois que a mercadoria foi produzida. Resolver a contradição privado-social não a elimina, mas permite que, apesar da sua existência, a sociedade produtora de mercadorias não possa ser vista como um caos. Há conexão, há a possibilidade efetiva de funcionamento, porque a divisão social do trabalho se faz. Ou seja, há uma forma de fazer a equivalência das mercadorias, de dividir tarefas e distribuir produtos do trabalho nesta sociedade, mesmo que de forma complexa e indireta, por meio de um terceiro, o dinheiro, que é o equivalente geral.

A troca pressupõe a dependência recíproca, mas ao mesmo tempo o “isolamento completo” (G. p.94) dos interesses privados. A solução da contradição, portanto, ocorre por meio da socialização de trabalhos privados, onde “o valor de troca é a forma social dos produtos” (G. p. 80); onde troca e divisão social do trabalho se condicionam reciprocamente; e onde “é pela mediação da pressão recíproca da demanda e da oferta universais que se estabelece a conexão das pessoas indiferentes umas às outras (G. p. 94).

Ora, o valor expressa a qualidade de conversibilidade em outra que a mercadoria tem, de uma forma quantitativa, e essa quantidade é representada numa existência diferente da sua existência natural (G. p. 75). Assim, a mercadoria tem, “ao lado de sua existência natural, uma existência puramente econômica na qual ela é um simples signo, uma letra indicando uma relação de produção, um simples signo, seu próprio valor” (G. p. 76).

Várias são as transformações a serem operadas neste processo de validação social dos trabalhos privados das mercadorias por meio do dinheiro (Valier, 1982), permitindo a inserção social dos compradores e vendedores neste tipo de sociedade. Trabalho concreto precisa se transformar em abstrato; trabalho qualificado em múltiplos de trabalhos simples; trabalho individual em socialmente necessário e trabalho privado em social. Ora, tudo isso só se faz nas trocas, por meio do confronto entre mercadorias. E tudo isso sem planejamento prévio, e por meio do dinheiro, que realiza a divisão social do trabalho.

Neste sentido, Marx diz que é a troca contra dinheiro que confere ao trabalho privado, particular, seu caráter universal. Assim, diz que “o caráter social da produção

só se coloca *post festum*, pela promoção dos produtos ao nível de valores de troca e pela troca desses valores de troca” (G. p. 109).

Assim, não basta que a equivalência entre mercadoria e dinheiro se faça apenas mentalmente, nem que as mercadorias se troquem entre elas, porque

“essa comparação que, na cabeça se efetua num só golpe, não se realiza, na realidade, a não ser sucessivamente em um perímetro determinado pela necessidade. Assim, para realizar de um golpe a mercadoria como valor de troca e lhe conferir eficácia universal de valor de troca sua troca por uma mercadoria particular não é suficiente. É preciso que ela [a mercadoria] seja trocada contra uma terceira coisa que não seja ela mesma uma mercadoria particular, mas o símbolo da mercadoria como mercadoria, o valor de troca mesmo da mercadoria; *que então represente digamos o tempo de trabalho como tal*, digamos um pedaço de papel ou de couro que represente uma fração alíquota do tempo de trabalho”(G. p. 79).

Marx completa esse trecho com uma frase importante entre parênteses, que diz que “(semelhante símbolo supõe que ele seja reconhecido universalmente; o que só pode ser um símbolo social; de fato, ele não exprime mais que uma relação social)”(G. p. 79).

Dá a grande importância que o dinheiro tem na produção capitalista de mercadorias, que determina sua inseparabilidade deste tipo de produção e sua evolução com o desenvolvimento dessa produção, buscando resolver, embora nunca as abolindo, as contradições envolvidas. As evoluções, segundo, Marx, não abolem as contradições mas podem eliminar alguns defeitos (G. p. 57).

Antes de passarmos à complexidade da realização desta divisão social do trabalho, algumas observações se fazem necessárias. Em diversos momentos do capítulo do dinheiro nos *Grundrisse*, mas também no *Capital*, Marx se refere à forma valor como sendo a que serve ao modo de produção capitalista. Assim, não se trata de, analisando o valor e o dinheiro como formas sociais, desvalorizar a análise do capital como relação social que implica a exploração da força de trabalho⁷. Ao contrário, não é possível conceber a exploração da força de trabalho no capitalismo se ela não se tornar mercadoria, o que implica formas sociais específicas, como o valor e o dinheiro. Mais que isso, não é possível definir a mais-valia ou o mais-valor sem o próprio valor,

⁷ A teoria do valor como forma social é criticada por vezes como desvalorizando analiticamente a relação de exploração. Para uma crítica dessa teoria ver Saad Filho (2002).

categoria relacionada à produção de mercadorias ou, como diz o próprio Marx, “relação social” delas (G. p. 75).

Isso não significa, também, ver a produção de mercadorias como um modo de produção anterior ao capitalismo porque, mesmo que se possa constatar o uso do dinheiro e do valor em sociedades pré-capitalistas, é só no capitalismo que essas formas sociais adquirem generalidade e tornam-se características que o definem enquanto modo de produção. Além disso, no capitalismo podemos verificar o dinheiro se transformando em capital quando compra a força de trabalho e, para isso, precisa comprar ou já ter comprado os meios de produção, e podemos ver também o dinheiro se transformando em capital ao se mostrar valorizado ao final do ciclo completo de reprodução de capital. Porém o dinheiro que, nas mãos quer do trabalhador, quer do capitalista, compra pão ou outras mercadorias comuns, não é capital, não define a circulação do capital, mas a circulação simples de mercadorias, dentro do próprio capitalismo⁸.

2. A complexidade da divisão social do trabalho por meio do dinheiro

A complexidade da divisão do trabalho realizada no capitalismo é destacada por Marx de várias maneiras, em várias obras e ocasiões. Nos *Grundrisse* isso se explicita na insistência em chamar a atenção para a importância das medidas e valores médios, e na ênfase dada à autonomia e autonomização que se observa das variáveis da circulação com relação às da produção.

Logo no início do capítulo sobre o dinheiro nos *Grundrisse*, na crítica a Darimon, ele fala de diferenças entre valores, entre valores e preços e discute a importância das médias.

Diz ele, inicialmente, que “o que determina o valor, não é o tempo de trabalho incorporado aos produtos, mas aquele que é atualmente necessário”(G. p. 69), ou num dado momento⁹. E que variam a produtividade do trabalho que produz mercadorias e que produz ouro ou prata (G. pp. 70 e 71), assim, como valores e preços têm diferenças

⁸Na verdade, a circulação simples de mercadorias e a circulação capitalista se encontram igualmente no capitalismo e se entrecruzam como uma malha de operações de compra e venda se cruzando em vários pontos. As observações de Marx no *Capital*, a nosso ver, destinam-se justamente a destacar as diferenças entre estes dois modos de circulação do dinheiro no capitalismo, em particular, buscam mostrar que não é qualquer dinheiro que é capital mas apenas o que compra a força de trabalho e meios de produção.

⁹É num dado momento que aparece na versão em inglês dos *Grundrisse* (Marx, 1973)

outras que a diferença entre valor real (tempo de trabalho) e valor nominal (em quantidade de dinheiro), concluindo que “o valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho não é mais que o seu valor médio” (G. p. 71).

Além disso, “o valor de mercado difere sempre desse valor médio”(G. p. 72) e “a igualação do valor de mercado para chegar ao valor real se obtêm por oscilações constantes do valor de mercado e jamais pela sua igualação com o valor real com um terceiro dado, mas por contínua desigualdade ou como “negação do valor real”(G.p. 72).

Em outra passagem diz que “o preço da mercadoria se situa constantemente acima ou abaixo do valor dela e o próprio valor das mercadorias só existe no alto e no baixo dos seus preços. Demanda e oferta determinam constantemente os preços das mercadorias; eles não coincidem jamais ou somente fortuitamente; mas seus custos de produção determinam por seu lado, as oscilações da demanda e da oferta”. Observa-se, até aqui, a insistência, em poucas páginas, em listar todos os tipos de possibilidades de divergências entre valores e entre valores e preços.

Em seguida, Marx conclui que

“supondo que os custos de produção da mercadoria e aqueles do ouro ou da prata permaneçam os mesmos, a alta ou a baixa de seu preço de mercado não significa nada mais que: uma mercadoria = x tempo de trabalho comanda constantemente no mercado > ou < de trabalho, se situa acima ou abaixo do seu valor médio, determinado pelo tempo de trabalho” (G. p. 72-73).

O termo comanda, com grifo nosso, dá bem a idéia de trabalho comandado de Smith, onde o trabalho incorporado precisa aparecer no mercado ou ver-se refletido naquilo que consegue comandar. As discussões de Marx com Smith, e as críticas que faz, não são quanto a isso, mas quanto à falta de percepção de Smith de que é preciso um terceiro, socialmente eleito ou escolhido, para cumprir esse papel.

Assim, diz por exemplo que

“Ainda que o dinheiro não seja mais que o valor de troca destacado da substância das mercadorias e deva sua origem à tendência do valor de troca a se colocar de forma pura, a mercadoria não pode se transformar imediatamente em dinheiro; a atestação automática do quantum de trabalho realizado nela não pode lhe servir de preço no mundo dos valores de troca” (G. p.96)”.

Discute, em seguida, o papel do dinheiro como “penhor mobiliário da sociedade”, em vista da sua “propriedade social (simbólica)” (G. p. 96). Ou seja, é a

propriedade de representante social do trabalho que o dinheiro ganha nestas sociedades que lhe dá o papel de validador social dos trabalhos privados contidos nas mercadorias, mas isso não se faz de uma vez por todas porque, mesmo quando a moeda é ouro ou conversível em ouro, o valor do ouro em termos de trabalho muda, o trabalho nas condições médias e sociais muda, e então é preciso que haja trocas permanentes e sistemáticas para que esses valores se estabeleçam.

A idéia que aparece então é a de um processo de tateamento social (Brunhoff, 1973), onde as mercadorias se confrontam umas com as outras por meio do dinheiro e vêm refletido no dinheiro correspondente à sua venda ou no seu preço, o conteúdo de trabalho socialmente necessário que conseguem validar¹⁰. Como diz Foley (2005, p. 36), “*the actual sale of commodities for money tests the validity of the expectation that any particular labour expended is indeed social and necessary labour*”.

Toda importância das unidades ou medidas médias aparece nessa interpretação, mas Marx é explícito sobre isso quando nos diz, desde o início do capítulo do dinheiro nos *Grundrisse* que “a média, ..., não é para se desdenhar”(G. p. 66). No *Capital* (Marx, 1971, p. 115), diz que “a possibilidade de divergência quantitativa entre o preço e magnitude de valor, ... é ... inerente à forma preço”, destacando que “isto não constitui um defeito dela”. Ao contrário, diz ele, “torna-a a forma adequada a um modo de produção, em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente”.

Em vários momentos do capítulo do dinheiro nos *Grundrisse*, Marx retorna a essa questão. Após discutir as divergências entre valores, entre valores e preços e destacar a importância das médias, critica a ilusão dos partidários dos bônus-horas (*time-chits*). A base da crítica é justamente o fato de não perceberem que a determinação do valor, em termos médios sociais, requer algo que represente socialmente o trabalho social, o que o bônus-hora não faz. A socialização só pode se dar, no capitalismo, via confrontação das mercadorias por meio do dinheiro em vista justamente do papel social que ele tem.

¹⁰ O processo que estamos chamando de tateamento social embute processos como os de normalização, sincronização e homogeneização dos trabalhos descritos por Saad-Filho (1993).

Para Marx, os partidários dos bônus-horas querem eliminar a diferença e a contradição efetiva entre preço e valor de troca, que não pode ser eliminada sem que seja eliminada também a formação social à qual pertencem; querem eliminar as crises e os defeitos da produção capitalista sem eliminar ela mesma.

Esse é também o tipo de crítica que faz aos que, não entendendo as contradições que definem ou caracterizam o capitalismo, procuram acabar com os seus problemas mudando algumas das suas formas, sem perceber que as formas se adequam às próprias contradições e que elas são inseparáveis do capitalismo. Daí porque diz:

“desse modo, (resolvendo a crise e igualando preço monetário a seu valor real; demanda a oferta; produção a consumo) a mercadoria seria transformada diretamente em moeda e em ouro e o dinheiro seria rebaixado, de seu lado, ao nível de todas as outras mercadorias”. (G. p. 73).

Ou seja, recusa-se a realidade para que caiba no modelo de análise, ao invés de adequar a teoria para que consiga analisar a realidade como ela é, complexa e contraditória. É a complexidade do processo de divisão social do trabalho quando o mundo é de mercadorias que não se leva em conta neste tipo de análise, complexidade que decorre do fato de que a divisão do trabalho se faz sem planejamento prévio, depois que o trabalho foi realizado de forma privada, ou seja, “*post festum*”. (G. p. 109).

Quanto à autonomização da circulação relativamente à produção, ela aparece de diferentes maneiras. O dinheiro precisa surgir como exterior à mercadoria para representar trabalho social, mas como exterior à mercadoria, torna a própria conversibilidade da mercadoria em dinheiro sujeita a condições externas¹¹. A cisão da compra e da venda em atos separados espacial e temporariamente abre possibilidades de crises. A autonomização das trocas ou do comércio como função de comerciantes da produção, faz com que a produção trabalhe imediatamente para o comércio e só mediatamente para o consumo, tornando-se presa da incongruência entre comércio e troca para consumo que ela mesma gera. A autonomização do mercado mundial que cresce como o desenvolvimento das relações monetárias e estas com o crescimento do primeiro. A autonomia das relações sociais que se defrontam com os indivíduos

¹¹ “Dado que o dinheiro tem uma existência autônoma fora da mercadoria, o preço da mercadoria aparece como sendo uma relação externa dos valores de troca ou das mercadorias com relação ao dinheiro; a mercadoria não é preço como ela era valor de troca em virtude da sua substância social; essa determinidade não coincide imediatamente com a mercadoria; mas é mediatizada pela comparação desta com o dinheiro. A mercadoria é valor de troca, mas ela tem um preço” (G. p. 128).

aparentemente independentes, ou seja, “o conjunto de suas relações de produção recíprocas, promovidos à autonomia relativamente aos próprios indivíduos” (G. p. 101).

Vemos, portanto, que além da complexidade relativa à divisão do trabalho fazendo-se *post festum*, depois de já realizado o trabalho; além dos valores médios serem importantes e só se definirem na circulação, há autonomia da circulação relativamente à produção. Esta, diga-se de passagem, é uma autonomia por diversas vezes mencionada por Marx no *Capital*, desde a separação dos atos de compra e venda, passando pelo crédito e lhe dando origem, e explicando o desenvolvimento do capital fictício.

Também nos *Grundrisse* ela é destacada, mas, tanto quanto no *Capital*, essa autonomia é sempre relativa, sendo seus limites estabelecidos pelas crises. Diz ele, a propósito, que “é absolutamente necessário que os elementos separados pela força, que em essência vão juntos, se manifestem por meio de explosões violentas como separação de algo que, essencialmente anda junto. A unidade se estabelece pela violência” (G. p. 84).

Complexa ou não, esta é a realidade quando se produz mercadorias sem planejamento prévio, porque é desta forma que o trabalho privado despendido na produção se converte em trabalho social ao ser convertido no seu representante, representação reconhecida pela sociedade, mesmo que de forma inconsciente.

3. Alguns debates atuais à luz dos *Grundrisse*

3.1 A questão da moeda inconvertível

As análises até aqui realizadas do texto de Marx nos *Grundrisse* permitem uma apreensão do dinheiro e do valor na concepção marxista que possibilita discutir algumas questões muito atuais. Vimos nos itens anteriores a percepção de Marx do valor e do dinheiro como relações sociais, como formas específicas de conexão social entre os homens no capitalismo, em virtude do seu caráter produtor de mercadorias. É porque o trabalho é realizado de forma privada, por produtores aparentemente independentes, que a divisão social do trabalho só pode ocorrer *a posteriori*, por meio do dinheiro, e é isso que dá ao dinheiro o poder social que ele tem nestas sociedades.

Vimos ainda que o valor e o dinheiro operam de forma complexa para dividir socialmente o trabalho, depois que ele se realizou de forma privada, e essa forma de divisão social do trabalho nada mais é do que a imposição da lei do valor.

Vimos, finalmente, que essa imposição se dá na média dos movimentos permanentes dos valores e preços; que tais diferenças são maiores do que meras diferenças entre variáveis reais e nominais; que decorrem de mudanças diversas nas produtividades dos trabalhos; de variações de oferta e procura; e que o caráter exterior do dinheiro, como terceiro, socialmente escolhido para representar o trabalho social, permite defasagens, autonomias e descolamentos reais entre produção e circulação, que se desenvolvem no capitalismo.

Assim, as proporcionalidades quando se estabelecem, só o fazem nas médias dos movimentos permanentes, ou de forma violenta, por meio de crises.

Diga-se mais, aqui, que tais descolamentos e autonomias da circulação relativamente à produção, servem bem a um sistema que busca continuamente ultrapassar seus limites, explorando quem gera o valor novo, absorvendo mais lucros do que contribuiu para gerar, expropriando valores gerados por outrem, mas também eliminando o lastro em trabalho do dinheiro e desenvolvendo o crédito e o capital fictício.

Nestas circunstâncias, é fácil entender o dinheiro como mercadoria perdendo historicamente sentido. Apesar disso, os críticos de Marx sempre usaram o fato do dinheiro atual ser inconvertível para argumentar em favor da idéia de que a concepção monetária de Marx não fazia mais nenhum sentido.

Do ponto de vista lógico, a convertibilidade-ouro da moeda só se faz necessária se houver uma preocupação em dourar o capitalismo garantindo-lhe igualdades que ele não tem nas suas raízes, por meio da proporcionalidade direta e estrita entre trabalhos contidos nas mercadorias e trabalhos contidos no ouro como dinheiro.

Esquece-se, porém, nesta interpretação, todo o lado social do confronto entre as mercadorias intermediado por um terceiro; o confronto que decorre exatamente da dificuldade e impossibilidade de se estabelecer o valor-trabalho do ouro e das mercadorias a cada momento, a não ser checando de forma indireta permanentemente umas mercadorias com as outras por meio da conversão efetiva em dinheiro; todo o

processo de reconhecimento social do próprio dinheiro para cumprir esse papel. É a realidade dos movimentos médios e das autonomias da circulação relativamente à produção que fica esquecida quando se insiste na necessidade de, do ponto de vista lógico, manter o dinheiro-mercadoria. Mais que isso, é a própria realidade histórica do dinheiro inconversível que se esquece.

Quanto à insistência na proporcionalidade necessária, diz Marx,

“Quando se pressupõe cumpridas as condições nas quais o preço das mercadorias = seu valor de troca; coincidência entre oferta e demanda; da produção e do consumo; em última análise **produção proporcional** (relações de distribuição são elas próprias relações de produção), a questão do dinheiro torna-se de todo secundária, e em particular a questão de saber se se emite *tickets*, se eles são azuis, verdes, em ferro branco ou de papel, ou ainda sob que forma se mantém a contabilidade da sociedade” (G. p. 88).

Os termos em negrito são de Marx no original, criticando a ânsia por proporcionalidade num sistema que burla constantemente a mesma. Os termos sublinhados são nossos, para indicar quão longe se está da percepção do que a realidade capitalista é. Ou seja, o secundário, no dinheiro, é o lastro que garante a proporcionalidade direta entre quantidades de trabalho médias, de resto desconhecidas a não ser *post festum*. O fundamental é o seu papel social, de “penhor mobiliário da sociedade” (G. p.96), mesmo inconversível.

Sem dúvida a inconversibilidade do dinheiro muda a forma como a lei do valor se impõe, e mesmo a complexidade de tal imposição, embora continue como já era, se fazendo por meio de tateamentos sociais e de crises que apuram divergências e impõem mudanças de forma violenta.

Vale aqui retomar a preocupação de Marx, também nos *Grundrisse*, de mostrar que o entendimento de como se dá, de fato, a divisão social do trabalho no mundo das mercadorias, é “indispensável”, para conhecer os limites no interior dos quais as reformas monetárias e as transformações na circulação podem dar uma configuração nova às relações de produção e às relações sociais que lhe caracterizam.

A preocupação com o conteúdo do trabalho do ouro, nestas circunstâncias, por um lado esquece que mesmo quando a moeda é ouro, não é possível pensar em uma imposição da lei do valor que se dá pelo mero confronto de produtores individuais com

produtores de ouro, porque, na boca da mina, o ouro tem um valor em termos de conteúdo de trabalho que não é o socialmente necessário.

É o caso, por exemplo, Quando Germer (2005, p. 29), defendendo a moeda-mercadoria como necessária diz que

“....the need to convert commodities into something that expresses the social labour they contain, in opposition to the labour actually applied in each individual case, presents itself as a demand pertaining to the internal logic of the system without which there would be no way to correct the inevitable deviations that are due to the anarchic nature of mercantile production”

Esse argumento desconhece que divergências e desproporcionalidades existem mesmo quando a moeda é mercadoria. Desconhece, por exemplo, que o próprio ouro é produzido em condições diferentes nas várias minas, não necessariamente representando o conteúdo de trabalho socialmente necessário, ou seja, nas condições médias sociais de produção e, nesse caso não poderia, como diz adiante Germer, expressar o conteúdo de trabalho social que ele contém. Por outro lado, o aparecimento histórico do ouro como dinheiro é uma tentativa social neste sentido, que desaparece historicamente, em parte em vista das dificuldades apontadas, em parte porque a lógica do sistema procura se desgarrar da equivalência para apropriação de maior de valor, objetivo do capitalismo. Assim, essa interpretação procura o equilíbrio entre produção e circulação, a proporcionalidade criticada acima pelo próprio Marx, desconhecendo que ela não é objetivo deste modo de produção nem característica sua.

O que faz com que Marx diga que a mercadoria-ouro é diretamente social é o reconhecimento social que ele tem como representante do trabalho social, mas isso independe de quanto trabalho foi envolvido na produção do metal. Daí porque Murray (2005, p. 50), citando Marx, menciona que para ele “*value was strictly a ‘social substance’, ‘a phantom like-objectivity’, a congealed quantity of ‘socially necessary’ ‘homogeneous human labour’ of a particular social sort....*”. Outra forma de analisar isso é como faz Arthur (2005, p. 114), quando destaca que “*value is a purely social reality, and it emerges from commodities relations*”. Segundo ele o dinheiro, ouro ou uma representação escrita, é a única maneira de tornar presente o valor, de fazer o valor aparecer, já que ele não é uma coisa intrínseca à mercadoria.

3.2. A questão do socialismo de mercado

Outra conclusão merece destaque aqui, a partir destes textos de Marx. Vimos que o dinheiro é o validador social das mercadorias ou dos trabalhos privados nelas contidos, adquirindo por isso enorme poder social no capitalismo, dado seu caráter produtor de mercadorias, porque essa é a forma de inserção social dos indivíduos neste tipo de sociedade. Os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho como mercadoria, os capitalistas precisam vender as mercadorias produzidas por trabalhadores por ele contratados para realizar lucro, e tanto trabalhadores quanto capitalistas precisam comprar e, para isso, vender mercadorias. Daí porque Marx pode dizer que os indivíduos carregam seu poder social e sua conexão social no bolso (G. p. 92).

Nada mais crítico, a esse respeito, sabemos, que o trecho sobre o fetichismo das mercadorias, no primeiro capítulo do *Capital*, onde Marx chama atenção para as características de um modo de produção onde “a relação entre produtores assume a forma de relação social entre os produtos do trabalho”, e isso está também nos *Grundrisse*, onde diz que a independência pessoal se funda na dependência das coisas (G. p. 94).

Também nos *Grundrisse* Marx diz, como já vimos, que o dinheiro funciona como “penhor mobiliário da sociedade” (G. p. 96), e ainda:

mas ele só é isso em virtude de sua propriedade social (simbólica); ele só pode possuir uma propriedade social porque os indivíduos alienaram sua própria relação social, fazendo dela um objeto” (G. p.96, grifo nosso).

Diz ele que essa conexão social por meio do dinheiro ou de “coisas neutras” é “preferível à ausência de laços entre os indivíduos ou a um laço exclusivamente local fundado na estreiteza dos laços de sangue originais e sobre relações sociais de dominação e servidão” (G. p. 98). Mas ele completa dizendo que

“é inepto conceber essa conexão que não é mais que uma conexão entre coisas, como sendo a conexão natural (em oposição ao ser e ao querer refletidos) imanescentes à natureza da individualidade e indissociável dela”(G. p. 98, grifo nosso).

Ao contrário, sabemos, o dinheiro como relação social é uma forma de conexão historicamente datada, que pressupõe a produção na base de valores de troca, que começa “por produzir com universalidade a alienação do indivíduo relativamente a si

mesmo e aos outros, mas produz também a universalidade e o caráter multilateral de suas relações e atitudes” (G. p. 98).

Ora, essa não é, ou não deveria ser a forma de conexão social ou de relação social do socialismo porque, como também deixa claro Marx nos *Grundrisse*, tal relação do mundo das mercadorias como relação “recíproca de indivíduos como poderio acima dos indivíduos, tornada autônoma.....é o resultado necessário de que o ponto de partida não é o indivíduo social livre”(G. p. 135), como deveria ser no socialismo. É o ser e o querer refletidos e respeitados (conforme grifamos acima na frase de Marx), que se quer no socialismo, razão pela qual não é possível alienar suas relações sociais, fazendo delas um objeto. Assim, também para discutir e criticar a idéia de socialismo de mercado esses trechos dos *Grundrisse* se prestam e se mostram atuais e úteis.

Não há dúvida de que numa sociedade desenvolvida, há dificuldades para o planejamento das atividades, mesmo quando o sistema de produção é o socialista. Essa parece ser uma das razões pelas quais o dinheiro continuou a ter funções no socialismo real, mesmo que algumas atividades centrais fossem planejadas¹².

Essa também parece ser uma das razões para a proposta de socialismo de mercado, onde “*a socialist money could continue to play significant economic role even in a planned socialist society based on free association*” (Itoh & Lapavitsas, 1999: p. 248). A essa razão eles acrescentam que o socialismo de mercado pode prevalecer longos períodos fundado na “natureza extrínseca do dinheiro e do mercado”, extrínseca relativamente às relações de produção no processo de trabalho, funcionando como formas de coordenação entre organizações comunitárias independentes, firmas e consumidores individuais. Reconhecem, além disso, que o dinheiro teria importante papel social sem criar problemas para o socialismo.

Curioso é notar que a argumentação dos autores, que se segue a essa proposta começa justamente com o “dinheiro-trabalho”, como os bônus-horas criticados por Marx. Dizem, todavia, que estão *encarando “money and commodities as forms of circulation that arise at the point of contact of communities and are unrelated to the underlying relations of production”* (Itoh & Lapavitas, 1999, p. 249).

Ora, essa percepção, em primeiro lugar, só se justifica porque, seguindo as idéias de Uno, os autores concebem a produção de mercadorias como tendo ocorrido em

¹² Ver, por exemplo, o trabalho de Carcanholo e Nakatani (2007) sobre Cuba a esse respeito.

outros modos de produção. Conforme já mencionamos, em modos de produção anteriores, os significados do valor e do dinheiro eram outros, inclusive porque vender e comprar não era uma obrigatoriedade dentro da lógica de funcionamento econômico dos mesmos e, por isso, a questão do valor e do dinheiro não se colocava como modo de socialização fundamental. Dito de outra forma, se no feudalismo havia sobra de produção e esta não era trocada ou vendida, isso não abalava o funcionamento do sistema nem comprometia a inserção social dos responsáveis por ela. É completamente diferente do que ocorre numa sociedade regida ou coordenada pelo valor e pelo dinheiro porque a inserção social das pessoas passa a se fazer de forma indireta, fora do seu controle e consciência.

Dizem ainda que “se capital e terra fossem detidos socialmente e trabalho fosse diretamente social, seria possível, na prática, usar o dinheiro-trabalho. Ora, se o trabalho é diretamente social, isso significa que já foi igualado, divididas as tarefas e distribuídos os produtos dele entre os participantes da sociedade. Qual o sentido do dinheiro então? Mero meio de circulação. Esse não é, todavia, o dinheiro e o mercado tal como foram definidos e, se o sistema social do qual tratamos já estabeleceu critérios de distribuição prévios, por que chamá-los de sistema **de mercado**?

Mais curioso ainda é notar que referindo-se ao dinheiro-trabalho de Owen, dizem que ele faz questão de frisar que não se trata de produção de mercadorias. Ora, se a produção não é de **mercadorias** para que falar de mercado ou de socialismo **de mercado**?

Mais adiante, referem-se à complexidade da determinação do trabalho socialmente necessário no socialismo real, mas referem-se a Rubin, criticando-o porque não explica direito como ele é determinado. Ora, Rubin trata do capitalismo, expõe conforme expusemos aqui a forma complexa como o trabalho se divide no capitalismo, mas essa não é, ou não deveria ser aceita para a divisão do trabalho no socialismo, justamente porque essa forma de socialização não se encontra sob controle e consciência da sociedade, o que nos leva ao início da nossa crítica. Esse retorno nos leva a pensar que, embora Itoh e Lapavistas tenham insistido em que a produção não é de mercadorias e que o dinheiro é mero direito a parte do trabalho social já dividido previamente, é a divisão prévia do trabalho que resta a ser feita. Esta não pode ser feita, insistimos, por meio de coisas, nem de forma inconsciente, por maior que seja sua complexidade, ou retornamos a alguns dos problemas do capitalismo.

Em texto conclusivo, Itoh e Lapavitsas, apesar de perceberem esta necessidade de consciência no processo de socialização dos trabalhos, associam de forma estreita o socialismo com um mercado relativamente livre, levando a crer que, na proposição de socialismo que fazem, o mercado é mais do que uma questão de inadequação de termo. Dizem, a esse respeito, que *“as well as a relatively freely operating market, a socialist market economy might contain the socially planned distribution of goods and services (under controlled prices) in the áreas of economic activity in which conscious management would be deemed desirable”* (Itoh & Lapavitsas, 1999, p. 256, grifo nosso).

3. 3. A noção de capital fictício e a autonomia relativa da circulação relativamente à produção

Além da atualidade dos *Grundrisse* para discutir as questões da moeda inconversível e do socialismo de mercado, nada mais atual, para mostrar a importância dessas idéias de Marx ainda hoje, que falar do capital fictício. Essa não é uma idéia que está nos *Grundrisse*, mas desenvolve-se de forma esparsa e desorganizada no Livro III do *Capital*. Entretanto, sua definição e o tratamento dado por Marx ao capital fictício dependem estreita e fundamentalmente destas idéias de divergências entre valores, entre valores médios e individuais, entre valores e preços, e da noção de autonomia, embora sempre relativa, da circulação com relação à produção no capitalismo.

De fato, Marx define o capital fictício em contraposição ao capital real. Enquanto o capital real, no processo de produção, por meio da exploração da força de trabalho, gera mais valia que garante sua própria expansão, o capital fictício é analisado como aquele que surge quando o sistema de crédito se desenvolve, porque com ele o capital parece dobrar, triplicar, graças ao fato de que o mesmo capital aparece de diversas maneiras em várias mãos.

Apesar de surgir e se desenvolver com o desenvolvimento do crédito, o capital fictício não é o crédito em si mesmo. O crédito, usado pelo capitalista industrial, potencializa a produção apressando e aumentando a sua escala e permitindo a geração maior de mais-valia.

O capital fictício, ao contrário, surge quando o crédito está desenvolvido e suas operações difundidas suficientemente para que “toda renda em dinheiro determinada e regular apareça como juros de um capital, seja essa renda proveniente ou não de um capital” (Marx, III, 430). Fruto de “capitalização” como diz Brunhoff (1990), esse não

capital é dito fictício porque, sem passar pelo processo de exploração, não há como gerar valor novo maior. Daí porque Marx diz que “capital produtor de juros só produz juros verdadeiramente na medida em que o dinheiro emprestado é efetivamente convertido em capital e um excedente produzido, do qual o juro é uma parte”(Marx, III, 364). Com o capital fictício, ao contrário, as coisas são diferentes: “Primeiro se transforma o dinheiro embolsado em juros e quando se tem os juros se acha em seguida [por cálculo de capitalização] o capital que o produziu” (Marx, III,430)¹³.

Esse cálculo deixa de ser um mero exercício contábil quando papéis adquirem uma forma transmissível, como é o caso dos títulos da dívida pública, das ações negociadas em bolsa e, mais recentemente, dos derivativos e dos demais produtos financeiros negociados.

Não se trata de pura ilusão, uma vez que tais papéis enriquecem e empobrecem pessoas (Mollo, 1989), mas se trata de um conjunto de papéis cuja valorização não ocorre com relação direta com a produção de valor e mais-valia. Podem ser somas de dinheiro correspondentes a empréstimos que não se destinaram à produção, podem ser títulos ou ações cuja valorização ou desvalorização não esteja de acordo com as movimentações de valor do capital real que lhe deu origem, como é o caso dos valores nas bolsas, nas negociações secundárias de valores.

Trata-se, assim, de um exemplo de preços sem relação com valores, de caso de autonomia da circulação relativamente à produção. O que torna possível essa autonomia é explicado por Marx, como vimos, nos trechos citados dos *Grundrisse e do Capital*, quando menciona o dinheiro como algo exterior e separado da mercadoria, permitindo que, na forma preço, não apenas haja divergências entre preços e valores, mas que os preços deixem de ser expressões dos valores (Marx, 1971, p. 115). As compras separadas das vendas e o crédito ampliando tal separação, são também formas de ver a autonomia da circulação com relação à produção. Essa autonomia adquire grau ainda maior como o capital fictício que se valoriza sem passar pela produção de mais-valia.

Essa autonomia, característica de uma forma de articulação social “promovida à autonomia relativamente aos próprios indivíduos” (G.p.101), todavia, é limitada, ou relativa, ou a lei do valor não se imporia nunca, perdendo o seu sentido lógico e

¹³ Essa não é uma opinião unânime dos leitores de Marx. Nossa opinião a esse respeito é mais próxima da de Foley (2005, p. 45), para quem “loans to productive capitalists are ‘real capital’.... enquanto o valor das ações que depende expectativas de dividendos capitalizados é grandemente capital fictício.

histórico. Assim, embora a autonomia permita que o capital fictício exista historicamente e faça sentido do ponto de vista lógico, os limites a essa autonomia precisam se impor e se impõem, mesmo que por meio de crises. Com elas estamos, de novo, de volta à necessidade de unidade entre etapas de um mesmo processo social ou, como vimos que dizia Marx nos *Grundrisse*, “é absolutamente necessário que os elementos separados pela força, que em essência vão juntos, se manifestem por meio de explosões violentas como separação de algo que, essencialmente anda junto. A unidade se estabelece pela violência” (G. p. 84). O grifo é nosso para destacar a necessidade lógica, que nos ajuda a entender o que a história nos mostra com a crise atual.

A ligação entre a circulação e a produção existe no desenvolvimento do capital fictício porque apesar de não haver relação direta e proporcional entre os preços dos títulos que representam o capital real e este último, existe de forma indireta, uma vez que as rendas que compram títulos e ações nos mercados financeiros, e que são responsáveis por sua valorização, provêm do processo produtivo. Assim, a valorização do capital fictício precisa destas rendas para ter continuidade.

A compra de capital fictício, que significa preço sem respaldo ou lastro em valor, significa renda que falta para validar socialmente trabalho privado contido em outras mercadorias (Mollo, 1989). Enquanto a autonomia persistir, em vista do crédito que permite tais compras, a acumulação flui e pode até ser estimulada pelo movimento de emissões primárias de ações em meio ao período de euforia. Esses recursos faltarão, porém, para comprar mercadorias e para estimular o crescimento do capital real. Neste sentido é que é possível falar de punção de recursos que o capital fictício exerce, recursos provenientes da esfera real da acumulação de capital. Isso por si só pode dar origem a problemas de pontos de estrangulamento e desproporções que impedem ou dificultam o processo de acumulação.

Brunhoff (2005, p. 220) diz, a esse respeito, que “*the contemporary capitalist credit system is not free from the ‘monetary constraint’, which is inherent in commodities trade*”, além de sugerir uma “*analysis of the role that a ‘law of value’ plays in determining the conditions limiting the operations of international capitalism today*”.

Quanto mais amplo e desenvolvido o sistema de crédito, como é o caso na economia globalizada atual, onde as liberalizações dos movimentos de capitais articularam grande parte dos mercados nacionais de crédito, mais dinheiro há para

aquisições de títulos e ações nos mercados de crédito globalizados, e maior pode ser, por isso, a valorização desses títulos e mais tempo pode durar a euforia. Maior pode ser, assim, a divergência entre preços dos títulos e ações, relativamente aos capitais reais que lhes deram origem. Mas se tais recursos aplicados nos mercados financeiros não voltam à produção, como é o caso, por definição, do capital fictício, faltarão rendas para continuar comprando, e é o valor do próprio capital fictício que acaba por cair, por vezes de forma brutal e generalizada, como é o caso nas crises como a atual.

4. Considerações Finais

Vimos que a imposição da lei do valor, a equivalência e divisão de tarefas e produtos do trabalho, ou a divisão social do trabalho no capitalismo, na leitura feita aqui, é complexa, porque é feita *a posteriori*, depois que os trabalhos foram realizados. Isso, vimos também, faz parte das contradições que definem o modo de produção capitalista, em particular, neste aspecto, da contradição privado-social ligada ao trabalho neste tipo de produção.

Mesmo quando o dinheiro era ouro, contendo determinada quantidade de trabalho realizado na sua produção, essa complexidade existia, porque o que garantia a realização do trabalho privado na boca da mina, por onde a moeda entrava em circulação, era o reconhecimento social do ouro como representante social do trabalho, reconhecimento que garantia seu papel de equivalente geral e, por isso, permitia que validasse socialmente os trabalhos privados contidos nas mercadorias. Isso era assim porque nada garantia que o trabalho contido no ouro fosse igual em todas as minas e muito menos trabalho igual ao socialmente necessário (nas condições médias sociais de produção). Daí a necessidade de Marx trabalhar, já naquela época, com as médias dos movimentos permanentes.

Quando o dinheiro perde inteiramente o lastro em trabalho, como ocorre hoje, por outro lado, essa imposição da lei do valor fica ainda mais complexa, mas isso não elimina o seu papel. O produtor da mercadoria, ao vendê-la, ou ao trocá-la por dinheiro, valida socialmente o seu trabalho privado, na proporção do que conseguiu na venda. Porém no agregado, o processo de produção é que gera as rendas a serem distribuídas. Assim, o que algumas mercadorias conseguem validar como trabalho socialmente necessário a mais do que o efetivamente contido, necessariamente será compensado com o conteúdo de trabalho não validado de outras mercadorias. A acumulação desse

tipo de divergência sistemática implica desproporções que não conseguem se desenvolver permanentemente e estão na base de crises, que nada mais são do que as erupções violentas das quais falava Marx, que acabam por apurar e eliminar, de forma brutal, tais divergências.

Como a quantidade de dinheiro depende hoje mais dos Bancos Centrais do que antes, pode-se dizer que há uma maior fluidez da circulação, e isso pode tornar o sistema mais predisposto à inflação. Mesmo neste caso, porém, a inflação é a forma da crise que mostra a imposição brutal da lei do valor (Saad-Filho e Mollo, 2002).

Além da inflação, porém, existem outras formas de crise que aparecem *a posteriori* para impor a lei do valor. Os bancos, quando emprestam, criam moeda de forma privada. Como a moeda criada é privada, a compra de mercadorias com ela é apenas antecipação da validação dos trabalhos privados (Brunhoff, 1973 e 1974; Lipietz, 1983). Quando o Banco Central sanciona tal criação privada de moeda pelos bancos, também aí a validação social não se completa, porque o Banco Central é parte da sociedade, ainda que hierarquicamente superior por ser público. Mas seu caráter público não se confunde com aval social ou possibilidade de validação social das mercadorias. Assim, ele tateia ao intervir nas dinâmicas monetárias, por não ter a onisciência nem o controle da dinâmica monetária que implica a sociedade como um todo. Tateia entre fornecer liquidez para estimular a acumulação do capital e a necessidade de garantir o reconhecimento social da moeda como equivalente geral, ameaçado por fugas diante da moeda. Se exagera de um lado, provoca fuga diante da moeda. É a inflação como forma de crise, anunciada pelas crises cambiais. Se exagera do outro, temos a acumulação de capital freada e a deflação como forma tomada pela crise. Nesse sentido, quando Foley lamenta que com o desaparecimento da ligação institucional com o ouro, “*we seem to be left with no Marxist theory of the commodity value of national currencies, a lacuna that makes itself sorely felt in a world in which struggles over inflation and the value of national currencies play a central political economic role*” (Foley, p. 43), o que ele esquece é exatamente a lei do valor se impondo, de forma diferente de como se impunha na época de Marx, mas de forma tão complexa como ele a havia analisado.

É essa forma indireta, cega para os problemas que cria para os indivíduos em vista da sua falta de definição consciente sobre o que produzir, para quem, de que maneira e segundo que critério que, entre outras coisas, está na base do processo de

exploração e se critica no capitalismo. As relações sociais, como disse Marx, parecem se autonomizar, “os indivíduos dependem de abstrações” (G. p. 101) ao invés de dependerem de vontade própria para decidir seu presente e seu futuro. É isso que não se quer repetir no socialismo, enquanto sistema que liberta e onde “a livre individualidade [acha-se] fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na subordinação de sua produtividade comunitária”. Esta última sociedade, conforme Marx, “não tem nada de arbitrário” (G. p.94), ou não deveria ter.

Finalmente, as crises financeiras como as atuais mostram que, apesar da complexidade de imposição da lei do valor, ela acaba por se impor, mesmo que “em última análise”, como diz de Brunhoff (1973, p. 91), apurando divergências entre coisas que têm preços mas não valores, mesmo que de forma drástica e violenta e punindo quase sempre os que menos responsabilidade têm pela autonomização da circulação relativamente à produção, como convém a um sistema onde os homens se relacionam por meio das coisas. E para tudo isso não há necessidade de que haja uma moeda-mercadoria.

Referências Bibliográficas

- ARNON, A. (1984). Marx's theory of Money: the formative years, *History of Political Economy*, 16:4.
- BELLOFIORE, R. (2005). The Monetary Aspects of the Capitalist Process in the Marxian System: An Investigation from the Point of View of the Theory of the Monetary Circuit, Fred Moseley (Ed), *op.cit.*, 2005.
- BRUNHOFF, S. de (1973) La Politique Monétaire – um essai d'interprétation marxiste, Paris: Presses Universitaires de France.
- _____. (1990). Fictitious Capital, J. Eatwell, M. Milgate & P. Newman (Eds.) *Marxian Economics – The New Palgrave Dictionary*, New York/London : Macmillan.
- _____. (1974). *Les Rapports d'Argent*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble/François Maspéro.
- CARCANHOLO, M. E NAKATANI, P. (2007). A planificação socialista em Cuba e o grande debate dos anos 1960. Revista Outubro, Junho.
- FOLEY, D. (2005). Marx's Theory of Money in Historical Perspective, Fred Moseley (Ed), *op.cit.*, 2005.
- GERMER, C (2005). The Commodity Nature of Money in Marx's Theory, Fred Moseley (Ed), *op.cit.*, 2005.
- ITOH, M. & LAPAVITSAS, C. (1999). Political Economy of Money and Finance, London : Macmillan Press Ltd. – New York: St. Martin's Press.
- KRÄTKE, M. R. (2005). Le dernier Marx et le *Capital*. Actuel Marx, n. 37, pp. 145-160.
- LIPIETZ, A. (1983). *Le Monde Enchanté: De la Valeur à L'Envol Inflationniste*. Paris: La Découverte.
- MARX, K. (1980). *Manuscripts de 1857-1858 (“Grundrisse”)*, Paris: Editions Sociales.
- _____. (1973). *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie - Outlines of the Critique of Political Economy*, London: Penguin.

- _____ (1971) *O Capital*, vol. I . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1974) *O Capital*, vol. III , Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MOLLO, M. L. R. (1989). *Monnaie, Valeur et Capital Fictif*, Thèse de Doctorat, Nanterre: Université de Paris – X.
- MOSELEY, F. (2005). *Marx's Theory of Money – Modern Appraisals*, London and New York: Palgrave Macmillan.
- MURRAY (2005). Money as Displaced Social Form: Why Value cannot be Independent of Price, Fred Moseley (Ed), *op.cit.*, 2005.
- RUBIN, I. (1978): “Abstract Labour and Value in Marx’s System”, *Capital & Class*, n. 5, Summer.
- SAAD-FILHO, A. (2002). *The Value of Marx*. London /New York: Routledge.
- _____ (1993). Labor, Money, and “Labour-Money”: A review of Marx’s Critique of John Gray’s Monetary Analysis. *History of Political Economy* 25:1.
- SAAD-FILHO, A. & MOLLO, M. L. R. (2002). Inflation and stabilization in Brazil: a political economy analysis. *Review of Radical Political Economics*, 34 (2002) 109-135.
- VALIER, J. (1982). *Une critique de l’économie politique*, Paris : Maspero.